

ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, recebemos, ontem, uma resposta do DNIT sobre a duplicação da BR-282 no trajeto que corta o município de Xanxerê. É uma obra que está parada há quase dois anos ou mais, causando transtornos para a comunidade e para todo o nosso estado, uma obra tão importante para Santa Catarina.

As informações que tínhamos eram de que a empresa que realizava a obra havia desistido de tocá-la para frente e que por essa razão o DNIT precisava adotar providências necessárias para o

seu reinício. No serviço público, com a burocracia que existe, aliada, às vezes, à falta de atenção dada ao caso, obras importantíssimas como as da saúde, dos hospitais e outras obras públicas não somente de asfaltos acabam sofrendo paralisação.

Srs. deputados, como aquela obra é muito importante para o município e para a região, foi encaminhada uma indicação do vereador Fernando Callfass, da Câmara de Vereadores de Xanxerê, ao DNIT solicitando a ampliação de mais três quilômetros da obra. E isso será efetivamente feito pelo DNIT.

Vou ler uma parte da resposta que recebemos do engenheiro João José dos Santos, superintendente do DNIT em Santa Catarina, que confirma uma nova licitação para a conclusão da obra a partir do mês de agosto, uma obra que já demorou bastante, com a inclusão de mais três quilômetros de duplicação e mais dois quilômetros de vias laterais. Essa via lateral é no sentido de quem chega a Xanxerê, indo do litoral e saindo de Xanxerê para Faxinal dos Guedes. É muito importante essa extensão de três quilômetros, deputado Jean Kuhlmann, porque a Conab vai instalar em Santa Catarina o maior armazém de abastecimento do estado. São investimentos previstos na ordem de R\$ 100 milhões para o estado de Santa Catarina e para Xanxerê.

(Passa a ler.)

"Reporta-nos ao Ofício n. 085/2013-GME, que solicita a conclusão das obras de duplicação e melhorias na BR-282, travessia urbana de Xanxerê.

Sobre o assunto informamos a v.exa. o que segue:

1. Travessia Urbana do Município de Xanxerê: Obras de melhorias operacionais com construção de viadutos, ruas laterais, passeios em execução.

Extensão: 14 km

Valor: R\$ 60 milhões

Executado: 80%"

Pelo transtorno do trânsito à comunidade de Xanxerê - isso se percebe quando se passa lá toda a semana - não parece que 80% do trecho foram executados.

(Continua lendo.)

"Andamento: O DNIT está rescindindo o contrato com a empresa CBMI - Construtora Brasileira e Mineradora Ltda., detentora do contrato de execução, com aplicação de multa".

Entendo que é preciso realmente aplicar uma multa à empresa que abandonou a obra.

"Também elabora o edital para licitação das obras remanescentes a ser publicado em agosto próximo, incluindo mais um segmento de três quilômetros de extensão de pista duplicada e dois quilômetros de extensão de vias laterais. A meta é reiniciar a obra até outubro deste exercício".

O edital vai ser publicado em agosto, mas acho isso complicado. Tomara que as obras sejam iniciadas até o mês de outubro.

"O trecho atualmente está com cobertura do Crema-2, projeto que socorre essas obras, garantindo assim a sua conservação e manutenção da rodovia até a retomada das obras.

Também informa aqui que essa etapa dois o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -, em continuidade aos investimentos nos serviços de manutenção das rodovias federais em Santa Catarina, iniciou em janeiro os serviços do Crema 2 - segunda etapa, programa de conservação e manutenção e restauração de toda a malha viária federal de Santa Catarina.

O Crema 2 inclui as rodovias BR-153, BR-158, BR-163, BR-280, BR-282 e BR-470, com extensão total de 1.275 quilômetros. Em conjunto com os serviços que garantirão melhorias no pavimento das rodovias federais do estado, também serão executadas 33 rotatórias, sinalização horizontal e vertical, 33 quilômetros de terceiras faixas, entre outras melhorias. Na BR-282 são 14 rotatórias e 13.107 mil metros de terceiras faixas, ou seja, 13 quilômetros."

Essa é a resposta do engenheiro João José dos Santos, superintendente do DNIT. Nós esperamos que efetivamente essas obras aconteçam no prazo previsto, porque a licitação será em agosto e a previsão será no início das obras, ou seja, em outubro, sendo que no final de outubro ou início de novembro, deputado Antônio Aguiar, vamos cobrar

ou parabenizar, pois vamos ver se isso efetivamente sairá do papel.

Os homens públicos têm que respeitar os sinais que vieram da rua, do povo, da população. Vemos que o povo brasileiro, sempre considerado pacato, que tudo está bom, que é só samba e futebol, mostrou que pensa, que sabe o que quer e que sabe cobrar. Quem não entendeu ainda bem o recado foi o presidente da Câmara, que depois de todo esse turbilhão das ruas quer passear de avião da FAB, e nem nós sabíamos disso! Mas disseram que agora vão organizar, deixar transparente o uso dos aviões da FAB. Então, se agora vão deixar tudo transparente, imaginem como a coisa era antes.

Quer dizer, se depois de todo esse turbilhão o presidente da Câmara Federal ainda vai passear de avião da FAB, antes do turbilhão eles iam para a praia de avião. Realmente é preciso que o Brasil acorde para essa necessidade que a sua população está cobrando e não podemos mais fazer audiência pública, atos de assinatura disso ou daquilo por fazer. Os homens públicos quando colocarem alguma coisa no papel ou, ainda melhor, quando falarem alguma coisa têm que saber que aquilo é um compromisso, é um contrato com a população que deve ser cumprido.

Então, como estamos vendo o esforço do superintendente do DNIT de Santa Catarina, espero que realmente em agosto a licitação da BR-282 ocorra, para que em outubro tenhamos o início das obras, e que mais rápido possível tenhamos a referida obra concluída, até porque esperamos ansiosos para a região de Xanxerê os investimentos também da Conab de mais de R\$ 100 milhões nessa grande obra que será construída naquele município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc

Digital, quero também dizer, nesta questão colocada pelo deputado Maurício Eskudlark sobre o uso dos aviões da FAB, que tem culpa no cartório o presidente da Câmara Federal, o presidente do Supremo, porque o sacrossanto também foi pego em pecado usando meio de transporte público para ir ver o jogo da Copas das Confederações enquanto as massas populares protestavam nas ruas, inclusive contra as gastanças para essas copas. Mas o presidente do Supremo parece que também está tendo que dar explicações.

O governador do Rio de Janeiro, conforme divulgou a imprensa carioca que mora a 3 km do palácio, vai de helicóptero todos os dias para o serviço. Mas não precisamos ir muito longe, pois do palácio residencial da Agrônômica, que não fica mais do que 5 km do centro administrativo, o ex-governador também ia para lá de helicóptero. O atual não vai! Aliás, disse que mandou vender ou botar para trabalhar o helicóptero em outro lugar onde fosse necessário. Mas o ex-governador ia de helicóptero da casa da Agrônômica para o centro administrativo regularmente. Então, quando baixarem essas ondas de moralismo devemos dar uma olhada mais panorâmica, mais geral e vermos onde estão as dificuldades maiores.

Em alguns casos é fácil saber através dos meios de comunicação. Não estou afirmando nem defendendo o governador do Rio de Janeiro e nem o ex-governador de Santa Catarina, porque todos sabem que a nossa relação foi bastante conflituosa, mas pode ser até mais barato ir de helicóptero do que de automóvel, porque terá que ter segurança, patrulha, batedores para acompanhar o deslocamento de uma autoridade por terra. Então, se é em missão oficial tem que haver, sim, a segurança necessária. Não vou ser hipócrita e ficar chutando para a galera e dizendo que não. Em qualquer estado, em qualquer país do mundo, não importa quem seja o governante e qual seja o regime, as autoridades precisam ter a segurança necessária para as missões oficiais.

O Brasil tem garantido por lei segurança inclusive para ex-governador e presidente da

República. E aí poderíamos colocar como mais um exemplo. Temos que refletir se não é necessário, embora não tenha nenhuma paixão e vocação para defesa de alguns ex-presidentes. Mas é evidente que se for presidente da República deixa de sê-lo e não pode sair andando pela rua porque será agredido! Então, também precisamos olhar as coisas de uma forma mais ampla e não adotar tudo como desnecessário, supérfluo ou gastança.

Há muitas coisas erradas como ir para a Copa das Confederações com vôo oficial pago pelo erário ou ao casamento da filha de um amigo com avião ou automóvel público, o que também é questionável, evidentemente.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado Sargento Amauri Soares, quero parabenizá-lo pelas suas colocações e tentar, de alguma forma, acrescentar algo ao seu pronunciamento dizendo que justamente por causa dessas questões, e não somente pelo fato de ir ao estádio de futebol utilizando um avião da FAB, mas também pelo fato de o estádio de futebol ter custado uma fortuna... E era muito mais importante, no meu ponto de vista, ter utilizado esse dinheiro para melhorar os hospitais, por exemplo, ou para garantir a melhora na questão da educação.

É por isso que entendo que não basta apenas um plebiscito. Não é isso que o povo quer com relação à verdadeira mudança deste país. Há, sim, a necessidade, e eu entendo e defendo isso, de uma grande Assembleia Nacional Constituinte em que seja discutida não apenas a reforma política, como também a questão do pacto federativo e de uma reforma tributária, a reforma do sistema como um todo.

Qual é o papel dos Poderes que hoje utilizam os recursos públicos para manter a democracia neste país? Qual é o papel efetivo do Poder Judiciário, desta Casa, do Tribunal de Contas, do Ministério Público nesse sistema?

Acho que temos que ter uma Assembleia Nacional Constituinte para rediscutir o sistema brasileiro, porque o que o povo quer não é um plebiscito. Ele quer mais saúde, mais educação e mais infraestrutura. E para que isso aconteça não podemos agir com hipocrisia. Temos que entender que tem que sobrar mais dinheiro justamente para investir nessa área. Então, não é um plebiscito que vai resolver isso.

Por isso quero aqui frisar que entendo - e quero acrescentar isso ao seu pronunciamento - que este país precisa de uma Assembleia Nacional Constituinte em que para lá vão participar pessoas que não foram candidatas nos últimos dez anos e que nos próximos 20 anos não poderão ser candidatas a nada, porque se pedirmos para alguém que pode ser beneficiado pela reforma votá-la, ela já vai iniciar viciada.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann, pelo seu aparte.

Eu concordo em parte com o que v.exa. afirmou. Sou favorável à realização de plebiscito e *referendum*, mas dessa forma como foi apresentada também acho que a reforma política não é o essencial. E ela nem estava no centro das reclamações políticas, embora possa resolver algumas questões pontuais, porque acho que o problema principal e a origem da corrupção das instituições públicas do Brasil começam com o financiamento empresarial de campanha. Nem vou falar em financiamento privado, porque dá a impressão de que, se eu dou R\$10,00 para um candidato, isso tem o mesmo impacto de uma empresa que doa R\$ 100 mil, R\$ 1 milhão ou muitos milhões de reais no caso de uma candidatura à Presidência da República.

Então, a reforma política pode mexer em alguma coisa, sim. Não acho que seja o essencial, mas o grande clamor da sociedade brasileira é para que as instituições públicas cumpram o seu papel constitucional. E não cumprem, na minha avaliação, porque todas as instituições do estado - e esse é o problema principal - estão subordinadas aos

desejos, às ânsias de lucro dos grandes monopólios empresariais.

O financiamento de campanha é um ponto em que isso começa e estabelece a ramificação de controle por parte dos economicamente poderosos sobre todos os Poderes, inclusive o Poder Legislativo.

Repito aqui uma frase que falei outro dia: qual é o deputado que vota contra um projeto de interesse de uma empresa que lhe deu R\$ 100 mil para financiamento de campanha? É uma pergunta para qual gostaria muito de ouvir uma resposta. Nenhum deputado votaria contra uma empresa que ajudou a financiar a sua campanha. Esse é o elemento que, na minha avaliação, deturpa a democracia representativa em qualquer lugar do mundo e aqui no Brasil também. Então, isso precisa ser refletido nesse debate que se está fazendo.

Mas acho e concordo plenamente que um plebiscito para ver se a população quer que o Brasil continue pagando os serviços da dívida, que quanto mais paga, mais deve, seria o plebiscito mais importante. Aliás, a minha fala seria para divulgar que hoje é Dia Nacional de Luta que está sendo organizado pelas centrais sindicais; que vamos participar desse Dia Nacional de Luta; que não é verdade que as centrais estão entrando de carona na esteira das mobilizações de junho. Pelo contrário, as manifestações de junho entraram de carona na luta pelo transporte público dos jovens, contra a passagem em algumas capitais importantes do país.

E aí setores inclusive da classe dominante e da grande mídia desfocaram o assunto, ajudaram a convocar o conjunto da massa à rua e deixaram as bandeiras abstratas justamente para que as massas não discutissem a pauta que interessa à transformação real da sociedade brasileira.

As centrais que estão hoje convocando o Dia Nacional de Luta trazem alguns pontos que entendo que deveriam ser mais avançados. Por exemplo, a redução da jornada de trabalho é uma necessidade no mundo de hoje, com o avanço da tecnologia e com o crescimento da classe trabalhadora.

O fim do fator previdenciário que vem lá dos governos anteriores, que nem o Lula nem a Dilma ousam discutir em favor dos aposentados.

O transporte público e o transporte coletivo, que precisam de investimento público para que desonerem o contribuinte e desafoguem os engarrafamentos nas grandes cidades, é um debate necessário.

Mais recursos à educação, à segurança, à saúde e à reforma agrária são absolutamente necessários.

Esse é o real debate que a sociedade precisa fazer. E hoje é o Dia Nacional de Luta para fazer essa discussão. Porque não serão as madames que não foram às ruas há três semanas que irão definir, que irão organizar a democracia brasileira. Quem tem lutado pela democracia brasileira são as organizações populares, apesar dos seus problemas, vícios e dificuldades. Mas são elas que têm construído as mudanças neste país desde cedo.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, apresentei nesta Casa, esta semana, um projeto de lei que procura incentivar a posição e facilitar a comercialização dos produtos, bens e serviços oriundos da economia solidária, que busca a valorização do ser humano e a criação de uma estratégia para a diminuição da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

(Passa a ler.)

"Conforme projeto de lei que protocolamos nesta Casa, será obrigatória a destinação de um espaço físico para a exposição e comercialização de produtos da economia solidária nos eventos públicos como festas, feiras, exposições e congêneres realizados no âmbito do estado de Santa Catarina.

São considerados da economia solidária os produtos, bens e serviços originários de

produtores de serviços que integrem os quadros de cooperativas e associações de classe. O espaço físico, no que se refere à lei, deve ganhar destaque e localizar-se, preferencialmente, na entrada do evento.”

São diversos eventos que acontecem como feiras, exposições por este estado afora. Esse espaço é importante e fundamental. Inclusive têm ocorrido seguidamente aqui lançamentos de feiras. Mas me refiro, especialmente, à ExpoConcórdia, que inicia agora, dia 20, que fez o lançamento de produtos da agricultura familiar, da economia solidária. Esses produtos merecem um espaço especial de destaque nessas feiras que pode ser reservado para incentivar a comercialização desses produtos, porque além do aspecto econômico, da comercialização, da renda há o aspecto social e muitas vezes o aspecto solidário, cooperativo na sua produção.

(Continua lendo.)

“Essa economia solidária baseia-se em associações e cooperativas e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, já que cria oportunidades aos produtores marginalizados no sistema convencional da produção e comercialização.

Além disso, é uma cultura pouco difundida e, conseqüentemente, desconhecida da maioria dos catarinenses, sendo que sua participação em eventos públicos apresentando suas experiências, modo de produção e produtos resultará no acesso a novos mercados consumidores.

Por ser de matéria de interesse da sociedade catarinense, espero contar com o apoio do conjunto dos parlamentares que integram este Poder para a aprovação deste projeto.”

Esclareço que este projeto não cria despesa ao Poder Público, portanto, não há impedimento no sentido da despesa pública. Pelo contrário, ele apenas garante que na realização desses eventos, deputado Maurício Eskudlark, dessas grandes feiras, a exemplo da ExpoConcórdia, da Efapi, da Festa do Pinhão e de outros eventos também no litoral, haja um estande especial para a

comercialização destinada à exposição e à comercialização dos produtos da economia solidária, da economia cooperativa, que é tão importante.

Já temos exemplos importantes nesse sentido, inclusive na área habitacional, em que a economia solidária também deve ser uma prioridade.

Esperamos, ao apresentarmos esse projeto de lei, que na sua tramitação possamos fazer um bom debate e depois aprová-lo. Para isso contamos com o apoio dos srs. deputados, a fim de darmos mais um passo importante para atender aos anseios dos catarinenses.

O segundo assunto que eu iria tratar, sr. presidente, vou deixar para a próxima semana, mas quero apenas anunciá-lo e convidar, a partir de hoje, os srs. deputados para me ajudar a subscrever uma emenda constitucional de minha autoria. Em Santa Catarina, há possibilidade da apresentação de emendas de origem popular, projetos de lei, mas é necessário um número grande de assinaturas para que se obtenha esse projeto. Para se ter uma ideia, são necessários 2% do eleitorado catarinense para uma emenda constitucional, e isso é bastante, são praticamente 100 mil pessoas, e 1% para projetos de lei.

Estou apresentando uma emenda na esteira inclusive do que está sendo discutido no Congresso Nacional, que já aprovou no Senado em primeiro turno, sobre a redução desse percentual para meio por cento do eleitorado catarinense, o que também não é pouca coisa. Vai ter uma boa representatividade.

Mas gostaria de voltar a este assunto mais oportunamente, quando nós obtivermos, espero, as assinaturas para protocolarmos essa emenda constitucional. Por isso quero convidar os srs. deputados para nos auxiliar subscrevendo conosco esta proposta, a fim de fazer este debate no Parlamento catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, antes de falar deste dia histórico no nosso país, registrar e esclarecer para toda a sociedade duas questões referentes a dois projetos de lei.

Quero esclarecer a todos que protocolei um projeto de lei nesta Casa de n. 252, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetro por unidade autônoma residencial ou comercial em edificações do estado de Santa Catarina.

Deputado Ismael dos Santos, recentemente, fui procurado por alguns moradores de um residencial do Minha Casa - Minha Vida, que vieram reclamar para mim do absurdo que era a sua conta de água. Por causa de um problema no condomínio, os moradores tiveram que arcar com um rateio na sua conta. Isso me deu uma noção do desperdício que muitas vezes acontece nos condomínios, nos prédios, onde há a questão do consumo coletivo de água.

Por esta razão resolvi apresentar este projeto de lei usando aquele caso como exemplo, pois a partir de agora a intenção é de que nos novos condomínios construídos no estado de Santa Catarina em que haja uso coletivo de água os moradores sejam conscientizados da importância da preservação da água, que é um recurso natural, dando mais segurança ao consumidor. Assim sendo, cada um irá cuidar melhor de sua conta, irá fiscalizar melhor a questão do condomínio e saberá realmente o que é problema coletivo e o que é questão individual.

Enfim, apresentei esse projeto de lei no sentido de garantir a preservação desse recurso natural que é a água, tão importante para a vida

das pessoas. Nesse sentido, temos que formar atitudes mais conscientes a respeito desse assunto. Para isso, quero pedir o apoio de todos os deputados neste projeto que visa beneficiar, garantir e dar mais tranquilidade ao consumidor, como também trabalhar no sentido da preservação da água que é tão importante para todos nós.

Além disso, protocolei um projeto de lei encaminhado para a secretaria da Educação deste estado, que dispõe sobre a obrigatoriedade de advertência contra os malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas nos livros didáticos distribuídos nas unidades escolares de Santa Catarina.

A ideia é de que se já há livros que são distribuídos pelo estado para as nossas crianças, por que não colocar neles uma mensagem falando do mal que é causado pelo álcool, pelas drogas, a fim de orientar as crianças sobre os malefícios das drogas.

A Frente Parlamentar vem fazendo um grande trabalho nesse sentido, mas é necessário que os demais órgãos do governo trabalhem também essa questão da redução do consumo do álcool e encontrem uma maneira de tentar acabar com as drogas. Por isso temos que embutir nas crianças essa visão do quanto isso faz mal, e nada melhor do que colocar essa questão no próprio livro didático que a criança carrega todo dia, que já é pago com recurso do estado. Desta forma, não custa nada colocar uma mensagem, uma orientação às crianças esclarecendo os malefícios das drogas.

Por esta razão protocolei um projeto de lei nesta Casa para tratar deste assunto, para o qual peço o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas, para que possamos aprovar o mais breve possível e cobrar da secretaria da Educação a utilização dessa medida.

Quero aproveitar, da mesma forma, para registrar que na última semana estive em Blumenau o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, que apresentou um projeto que estamos trabalhando nesta Casa com os demais deputados daquele município e com toda a nossa equipe, para que até

o aniversário de Blumenau, que será no próximo dia 2 de setembro, seja lançada a ordem de serviço do prolongamento da via expressa de Blumenau com o novo trajeto da SC-108 e do contorno de Gaspar.

São duas obras muito importantes para o desenvolvimento da região e para o vale de Itajaí, onde estamos realmente trabalhando no sentido de fazer com que elas tenham os seus projetos concluídos e que o governador possa, no aniversário da cidade de Blumenau, dar o presente à cidade com essas duas obras que custam aproximadamente R\$ 250 milhões, as quais estão incluídas no Pacto por Santa Catarina.

É um sonho antigo e uma cobrança muito forte nossa. Por isso não é uma promessa e sim uma motivação e um desejo de cobrança muito forte para que a secretaria de Infraestrutura e o secretário Valdir Cobalchini agilizem esse processo, a fim de que no aniversário de Blumenau possam dar esse presente à cidade, que é o prolongamento da via expressa e o contorno de Gaspar, para que realmente a região do vale do Itajaí seja beneficiada com essas duas grandes obras que vão mudar o trânsito naquela região de tamanha importância.

Assim sendo, como a duplicação da BR-470, espero que até o aniversário de Blumenau a presidente Dilma Rousseff também dê a ordem de serviço para tal, permitindo o início das obras de duplicação da BR-470.

Quero aproveitar, na condição de presidente da comissão de Defesa Civil desta Casa, para parabenizar a Unifebe, na pessoa de seu reitor, a Univale e a Furb, que na última semana realizaram em Brusque o Fórum Permanente de Desastres Naturais, ocasião em que discutiram a questão da preservação dos recursos hídricos da nossa região, do vale de Itajaí e das ações importantes da referida comissão.

E quero dizer que realmente o governador Raimundo Colombo tem mostrado a sua preocupação com a questão das cheias no vale do Itajaí. E incluiu no Pacto por Santa Catarina o maior investimento da história deste estado, e quem sabe

até da história do país, em prevenção de enchentes. É cerca de R\$ 1 bilhão que vão permitir a elevação da barragem de Taió, de Ituporanga, a construção de uma barragem em Botuverá, a construção de mais sete barragens menores no alto vale do Itajaí, em todo o vale, para garantir mais segurança a população.

Claro que não vamos acabar com as enchentes, porque isso é uma questão natural, e estamos lidando com a natureza, com a questão dos recursos naturais e com o tempo, mas podemos minimizar os efeitos de grandes chuvas, os efeitos das enchentes.

Essas ações que são comandadas pelo governador Raimundo Colombo vão ajudar muito a reduzir o efeito, os prejuízos e as vidas que são perdidas numa enchente. Espero que essas obras prossigam, e nós na comissão de Defesa Civil, junto com os demais deputados, vamos continuar cobrando para que elas realmente saiam do papel e aconteçam, para preservar a vida dos moradores do vale do Itajaí.

Quero aqui, srs. e sras. parlamentares, parabenizar toda a população brasileira que vem mostrando a sua cara, que vem se manifestando, que vem exigindo mudanças neste país.

Recentemente a presidente Dilma fez uma reunião com vários governadores e anunciou algumas questões, uma delas foi um plebiscito.

Quero dizer que sou favorável a plebiscitos, pois acho que a população tem que ser ouvida, mas neste momento não basta apenas a questão de um plebiscito. Neste momento temos que ter algo realmente no sentido de uma mudança estrutural neste país. Não adianta fazer um plebiscito sobre uma reforma política e não discutir, por exemplo, o pacto federativo. Do que adianta discutir a reforma política e não aumentar os recursos para a saúde, para a educação, para a infraestrutura?

Nós temos que fazer uma discussão profunda sobre o sistema brasileiro, político, tributário, sobre o pacto federativo, da responsabilidade dos municípios, dos estados, da união, da forma como hoje é utilizado o recurso na transferência para

os Poderes, o quanto custa para o povo brasileiro a Assembleia Legislativa, a Câmara de Vereadores, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Poder Judiciário, o quanto custa as mordomias em algumas questões no Executivo. É isso tudo que tem que ser discutido. A quem cabe discutir isso? Justamente por ser uma matéria difícil de ser tratada é que defendo que haja uma assembleia nacional constituinte, formada por pessoas que não participaram das eleições recentemente e que, ao participarem dessa assembleia, não poderão participar de eleições nos próximos 20 anos.

Pedir para alguém que está dentro de um sistema político, lá no Congresso Nacional, votar uma reforma política, é ingenuidade achar que alguém que tem dificuldade de se eleger no voto distrital vai votar a favor do voto distrital, que alguém que tem dificuldade de se eleger no sistema atual queira continuar no sistema atual, ou seja, cada deputado no Congresso nacional, infelizmente, vai priorizar a sua necessidade e não a necessidade do país.

Por isso, defendo uma assembleia nacional constituinte formada por pessoas que não poderão votar matérias de seu interesse e terão que trabalhar em favor de toda a sociedade.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sem dúvida, também nos preocupamos com essa questão do plebiscito, a partir do momento em que há alguns encaminhamentos um tanto quanto questionáveis, por exemplo, o voto distrital, a própria proposição de um voto em lista fechada, que é uma aberração, pois vão tornar os partidos verdadeiros balcões de negócios.

Aproveitando esse dia de manifestações em todo o país, um dia nacional de protestos, coloquei uma mensagem no *twitter*, que traduzo aqui: de fato, o país espera de nós políticos, agentes públicos, diria mais, o passaporte para o gestor público do Brasil, do amanhã, é que ele tenha dois carimbos,

apenas dois: competência e integridade. É com isso que vamos mudar este país.

O SR. DEPUTADO JEAN KULMANN - Deputado, concordo com v.exa. Acho que esses fatores são fundamentais para uma verdadeira mudança neste país. Mas enquanto não se discute, enquanto se está falando em plebiscito e se tira o foco da saúde, da educação, da infraestrutura, por que o Congresso não vota a Emenda n. 29 que garante recursos carimbados para a saúde, aumentando o percentual de recursos para esse fim? São ações simples e práticas que poderiam mudar muita coisa, mas obviamente isso não é interesse de alguns.

Por que alguns querem votar uma lista fechada na reforma política? Porque isso é interesse de alguns. Então, precisamos justamente combater esses interesses de alguns e verificar o que é de interesse nacional, para a soberania do país, o que é melhor para a população e para o bem comum.

Por isso entendo que através de uma Assembleia Nacional Constituinte, formada por pessoas que não participaram de eleições nos últimos anos e que não poderão participar de eleição nos próximos anos, é que conseguiremos minimizar os interesses nesse processo. E somente reduzindo os interesses pessoais é que iremos privilegiar e valorizar os interesses coletivos da sociedade.

Esta é a minha visão sobre o assunto e quero parabenizar todos que se manifestam e vão para as ruas de forma pacífica, ordeira e respeitosa, sem quebrar o patrimônio público, sem fazer baderna, sem prejudicar aquilo que teria que ser reconstruído com recurso público. É preciso mostrar que se pode fazer uma revolução nas redes sociais, uma revolução de paz nas ruas, mostrando efetivamente aos governantes que o povo quer mudanças.

Por isso trago a minha sugestão com relação a esse assunto. Somente através de um grupo de trabalho formado por pessoas sem interesse pessoal, sem interesse direto no assunto que estão votando, é que se conseguirá votar algo mais justo para todos e melhor para a sociedade. Apenas com

uma profunda reforma é que iremos mudar de verdade este país.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, amigos da TVAL e da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna nesta manhã de quinta-feira para anunciar, depois de muitos anos de luta, que ontem saiu a listagem das empresas que vão concorrer ao leilão A-5 da geração de energia a partir no dia 29 de agosto próximo.

A inscrição do maior empreendimento privado de Santa Catarina avaliado em R\$ 2 bilhões foi oficialmente homologada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) nesta quarta-feira. O projeto da usina a carvão Usitesc, localizada no município de Treviso, sul do estado, foi habilitado pelo órgão e poderá participar do leilão de energia A-5, marcado para o dia 29 de agosto.

A informação foi transmitida pelo presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan, a este deputado e ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, haja vista que uma das bandeiras que este Parlamento, além do combate às drogas, do Código Florestal, inseriu nessa pauta positiva é a defesa do carvão mineral catarinense em parceria com gaúchos e paranaenses.

No total vão ser disponibilizados 68 empreendimentos que se inscreveram para poderem participar do leilão, totalizando 7.500 megawatts-hora de energia gerada, sendo o projeto Usitesc com 300 megawatts no sul de Santa Catarina, a Etsul com 650 megawatts e a Seival com 600 megawatts, no Rio Grande do Sul. Uma usina com 589 megawatts-hora do grupo Eike Batista, situada no Rio de Janeiro, porém consumindo carvão importado,

1.200 megawatts para o gás liquefeito, 1.220 através das usinas hidráulicas e o restante nas mais variadas esteiras da biomassa.

Eu vejo isso, sr. presidente, com muita expectativa. É evidente que essa é mais uma etapa que está sendo superada, porém, o mercado é livre, vai depender da concorrência, mas fico estarecido ao ver quando o Ministério de Minas e Energia lança um edital com parâmetro mínimo de R\$ 105,00 o megawatt-hora.

Não sei qual é a mágica para poder gerar energia nesses valores, porque os mais variados técnicos renomados, cientistas nessa área, concluem que não há a mínima condição de poder participar com esse parâmetro. Porém, há a expectativa de que vai rodar em torno de R\$ 150,00 a R\$ 170,00 o megawatt-hora.

Por essa razão vejo com muita expectativa a quebra de um paradigma que se estabeleceu desde o Tratado de Kyoto e também o Tratado de Copenhague, em que o Brasil assumiu compromisso na redução de CO². Mas em momento algum existia qualquer tipo de cláusula que especificasse e que alijasse o carvão desse processo. A redução do CO² é o contexto geral da poluição que é produzida em todo o Brasil. No entanto, deixaram simplesmente o carvão fora do processo, correndo na contramão do que acontece hoje no planeta, em que países emergentes, países desenvolvidos estão utilizando essa técnica. Um exemplo é a própria Alemanha caracterizada como um país ambientalmente correto de energias de fontes renováveis na geração de energia em todos os segmentos renováveis e não renováveis, ampliando a sua matriz energética em mais 7.000 megawatts a partir do carvão.

Isso nos remete a uma reflexão e a certeza de que existe tecnologia disponível no mercado à altura de poder competir, pois existem investidores. As questões ambientais estão superadas, porém, há necessidade de segurança jurídica. E isso quem pode realmente dar é o governo federal, permitindo a geração de energia a partir do carvão nos leilões da Eletrobrás.

Parece uma utopia, mas às vezes fico me questionando: o estado, que tem a distribuição, que tem a Eletrosul nas linhas de grande transmissão, que tem a SC-Gás, que tem o polo cerâmico, que tem o polo metal-mecânico, que tem o maior jazimento nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que poderiam ter independência, autonomia própria, dentro de um arranjo, em que o governo capitaneasse esse processo, buscando autossustentabilidade, promovendo agregação de valor, de renda, de oportunidade de emprego, segurança jurídica para as nossas empresas, aumentando a demanda na produção, na geração de energia, é que poderia fazer isso, mas não o faz. Ele se omite desse processo, ficando à deriva, em que empresas são obrigadas a intercalar os seus espaços de produção porque não há energia disponível suficiente para tocar as empresas de Santa Catarina, de maneira especial no sul de Santa Catarina, mais especialmente no extremo sul do estado.

Então, sr. presidente, poderíamos produzir combustíveis, gás e sairmos da variação cambial, dando segurança jurídica às empresas; gerar energia, sulfato de amônia, queimar o lixo concomitantemente ao lixo urbano, que é um problema grave, crucial em todas as cidades, ou seja, pequenas, médias e grandes.

Mas vejo com muita expectativa a redenção do setor a partir deste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ocupo o horário do partido hoje para dar ciência aos srs. deputados e pedir o apoio para a aprovação do Projeto de Lei n. 266/2013 que protocolei ontem

nesta Casa, que dispõe sobre gestão pública e tem como finalidade promover a continuidade dos objetivos e princípios das organizações do Poder Executivo e estabelece outras providências.

O objetivo do referido projeto de lei é fazer com que os ocupantes de cargo em comissão, tanto de secretário, diretor, gerente ou qualquer outra denominação que tenha sobre o cargo comissionado, passem a ter a obrigação de, ao assumirem a função, elaborar o plano de ação que irão executar durante sua gestão. E a cada ano, ao final do exercício ou ao deixar a função, num prazo de 60 dias, têm que apresentar um relato minucioso de todas as ações desenvolvidas enquanto ocupou a função.

Por que propus esse projeto de lei? Porque, não raras vezes, nós nos deparamos com situações nas substituições das funções comissionados em que o detentor do cargo que sai simplesmente de forma irresponsável apaga todos os registros existentes no computador e não deixa qualquer informação para o novo gestor que terá a responsabilidade de conduzir a partir daquele momento. E às vezes passam cinco ou seis meses e o gestor fica somente buscando informações, até conseguir entrar no ritmo novamente. E não raras vezes são interrompidos projetos de importância para a sociedade apenas porque foi ideia do gestor anterior. Isso não pode mais acontecer no âmbito da administração pública, é tempo perdido e dinheiro jogado na lata do lixo.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Primeiramente, quero dar boas-vindas pelo seu retorno a este Parlamento e cumprimentá-lo pela sua passagem como secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Tenho acompanhado de perto as boas ações que desenvolveu à frente daquela secretaria, mas sei que o seu espaço aqui com certeza vai somar e poderá desenvolver todas suas ideias.

Assim sendo, desejo novamente dar boas-vindas e cumprimentá-lo pela passagem como secretário de estado.

O SR. DEPTUADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel, sempre cordial e atencioso! Estamos juntos.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Amigo deputado Renato Hinnig, na mesma esteira quero corroborar com o deputado Gilmar Knaesel e dar boas-vindas a v.exa. que aprendi a conhecer. Um deputado aguerrido, combativo que tem feito, com certeza, um grande trabalho não somente na secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis como em todo o estado de Santa Catarina.

Mas na essência o que legitima realmente o parlamentar é estar aqui usando a tribuna, interagindo com a comunidade, utilizando-se desse expediente, localizando as demandas e tentando adequá-la às leis neste Parlamento, às necessidades da sociedade.

Seja bem-vindo!

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado, deputado. Agradeço suas colocações e certamente vamos interagir muito nesses próximos meses que ainda estaremos juntos nesta Casa.

Dando continuidade às justificativas do projeto de lei que apresentei na data de ontem, quero dizer que me deparei com uma situação recente de substituição de um gestor de um órgão em que havíamos encaminhado através da secretaria de Desenvolvimento Regional. Foi um acordo de cooperação técnica não oneroso, para podermos agilizar e modernizar uma tramitação de forma mais rápida que desse oportunidade a empresas estrangeiras de fazer o seu registro em Santa Catarina.

Dias depois, uma empresa foi lá fazer o registro fazendo uso desse acordo de cooperação técnica e, pasmem v.exas., ela não foi atendida naquilo que havia sido combinado. Fui procurar o gestor e ele me disse que não havia sido informado

de que esse acordo de cooperação técnica havia sido assinado. Isso causou um enorme estrago na imagem de Santa Catarina, inclusive no exterior, fato que me motivou a apresentar este projeto de lei. Exemplo como esse certamente não falta em outras áreas do governo e a sociedade não pode pagar o preço dessa irresponsabilidade.

Por isso, srs. deputados, peço o apoio e a atenção de v.exas. no sentido de que a tramitação desse projeto seja feita de forma rápida nesta Casa. Serão bem-vindas contribuições que certamente os parlamentares terão.

Esse projeto é de extrema importância para a sociedade catarinense e para a imagem do nosso estado, já que Santa Catarina é conhecida no Brasil e no mundo como um estado de excelência, um estado de qualidade, em que tudo aquilo que se produz aqui demonstra qualidade. Ele tem a intenção somente de colocar o nosso estado cada vez mais em destaque, mostrando também que na gestão pública podemos ter uma melhoria na qualidade dos serviços, procurando buscar, quem sabe, a excelência.

Aproveito ainda o tempo restante para falar um pouco sobre o trabalho que realizamos à frente da SDR, secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, nesse período de dois anos e quatro meses. E nos 13 municípios que abrange a região foram realizados pelo governo do estado investimentos superiores a R\$ 665 milhões nesses dois anos, em diversas áreas.

No município de Águas Mornas foram investidos R\$ 5.204.255,71 milhões para a pavimentação da Estrada Geral de Rio Miguel, como também na área da saúde: aquisição de veículo para transporte de pacientes; aparelho de ultrassonografia; equipamentos odontológicos; veículo tipo van; veículo TFD e construção da unidade básica de saúde.

No município de Angelina foram investidos R\$ 2.038.631,84 milhões para a pavimentação e drenagem na comunidade de Betânia; contratação de serviços de saúde e aquisição de veículo para transporte de pacientes; construção da base da

Polícia Militar bem no centro da cidade para garantir a segurança da população; instalação de três academias ao ar livre para a população do município e reforma geral e ampliação da Escola Estadual Básica João Frederico Heick.

No município de Anitápolis foram investidos R\$ 3.928.749,22 milhões para a construção da ponte sobre o Rio Povoamento. Na área da saúde houve aquisição de equipamento de ultrassom 4D; aparelho de hemograma; ambulância; cadeiras odontológicas e equipamentos para a academia da terceira idade e na educação foram feitas reformas e melhorias na Escola Estadual Básica Altino Flores.

No município de Antônio Carlos foram investidos R\$ 1.971.395,53 milhão, com 11 ações de destaque, como a pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Leonardo Schimitz, na localidade do Egito, e a construção de duas pontes na comunidade da Vila Doze de Outubro.

Em Biguaçu foram 66 obras no valor de R\$ 12,9 milhões, com destaque para as áreas de Assistência Social, Trabalho e Habitação; construção de 26 unidades habitacionais; repasse de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e diversas subvenções para associações locais.

Na área da educação foram investidos R\$ 4.243.646,21 milhões para as reformas da Escola Estadual Básica Professora Emérita Duarte Silva e Souza, da Escola Estadual Básica Prof^a Tânia Mara Faria e Silva Locks, da Escola Estadual Básica Teófilo Teodoro Régis e da Escola Estadual Básica Prof^a Eloisa Maria Prazeres.

O município também recebeu R\$ 600 mil para o projeto e estudos da drenagem do Rio Biguaçu, que vai melhorar sensivelmente a possibilidade de se desenvolver um polo náutico na região da Grande Florianópolis.

Em Governador Celso Ramos o investimento foi de R\$ 1.129.975,22 milhão para a construção do trapiche na comunidade Fazenda da Armação; construção de uma capela mortuária e para a instalação de dois *front light* e três academias ao ar livre.

No município de Florianópolis foram investidos R\$ 505.879.755,13 milhões para a duplicação da SC-401; instalação da terceira faixa na SC-405; liberação do acesso e terreno para a ampliação do novo Aeroporto Hercílio Luz; reformas em dezenas de escolas da capital como a Escola Simão Hess, Laura Lima, América Dutra Machado; construção da Escola Jovem no sul da ilha e a construção da escola nova Julio da Costa Neves, na Costeira; reforma geral do segundo e terceiro andar do Hospital Florianópolis; reforma geral da UTI e do centro cirúrgico e readequação da emergência para a instalação do centro cirúrgico provisório do Hospital Infantil Joana de Gusmão; reforma e ampliação do Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina - Lacen - SC, e também do Centro de Eventos de Canasvieiras, que está em ritmo acelerado nas suas obras.

No município de Palhoça foi feito um investimento de R\$ 8.290.085,19 milhões para a ampliação da Escola Estadual Básica Venceslau Bueno; reforma e ampliação da Escola Estadual Básica Vicente Silveira; investimentos em tecnologia na faculdade municipal de Palhoça, com a compra de lousas digitais, notebooks e data shows; ajuda para a realização de um belo trabalho na Escola Frei Antônio, com o Projeto Fortalecimento de Vínculo Familiar.

No município de Rancho Queimado foram investidos R\$ 24.026.358,50 milhões para a construção do acesso da BR-282 entre Rio Pinheiros e Anitápolis, terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização da Rodovia Rio dos Bugres; conclusão da Quadra de Esportes Mato Francês e instalação de equipamentos para três academias ao ar livre.

No município de Santo Amaro da Imperatriz foram investidos R\$ 5.955.899,62 milhões.

No município de São Bonifácio foram investidos R\$ 3.405.354,74 milhões.

No município de São José foram investidos R\$ 89.803.749,00 para o Hospital Regional de São José, no Hospital Dia e da Endoscopia, além do tratamento de afluentes do Hospital e Instituto de

Cardiologia. Para manter viva a cultura histórico-religiosa, o governo, através das SDRs, investiu na revitalização e restauração da Igreja Matriz de São José.

Em São Pedro de Alcântara foram investidos R\$ 2.057.442,00 para a iluminação de ciclovias, contratação de consultoria para projeto de recuperação de rodovias e pontes, reforma do pavilhão do Hospital Santa Tereza de Dermatologia.

Na educação foram repassados R\$ 52.819.000,00 e na área da saúde R\$ 30.991.000,00, além de vários acordos de operação técnica, não onerosos, que serviram de base para o trabalho em parceria com diversas entidades da sociedade civil de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, assomo à esta tribuna para falar sobre mais uma ação da Celesc em Santa Catarina, e a tendência é de piorar ainda mais o atendimento à nossa população. Quero falar também sobre as mobilizações e a greve geral dos trabalhadores da população brasileira no dia de hoje.

A notícia que corre é que esta semana, em Jaraguá do Sul e em outros municípios, a Celesc acabou com o turno de 24 horas para a prestação de seus trabalhos. Então, o turno agora passará a ser de 16 horas. E se acontecer qualquer tipo de acidente nas cidades da região, a empresa chamará os servidores que estarão de sobreaviso. Isso quer dizer que se o trabalho hoje era exercido em dez ou 15 minutos agora poderá levar horas. Se acontecer algum acidente no final de semana ou no feriado o atendimento para prestação do socorro acontecerá no próximo dia útil.

Esse sistema já começou a funcionar desta forma em Mafra e em Chapecó. Assim sendo, realizamos uma audiência pública há uns dias para tratar do assunto, ocasião em que tínhamos bastante reclamação sobre a terceirização dos serviços de atendimento.

Enfim, a população já estava desgostosa e os servidores sobrecarregados. Com o Programa de Demissões Incentivadas - PDI -, saíram 750 servidores, mais do que a direção esperava, e a Celesc contratou, através de concurso público, 130 funcionários, mas eram necessários, no mínimo, segundo o sindicato da empresa, de 260 a 300 funcionários imediatos.

Então, queremos chamar atenção sobre essa situação e dizer que somos contrários a essa mudança do turno para 16 horas, enquanto antes havia plantão de 24h.

Essa é mais uma ação dessa importante empresa para a população e para a economia catarinense. Além da falta de investimentos e do sucateamento já denunciado por muitas vezes nesta Casa, agora temos mais essa decisão da empresa de acabar com o atendimento em turno de 24h na prestação de seus serviços.

Assim sendo, srs. deputados, estamos muito preocupados com isso e vamos acompanhar, nos próximos dias, com muita atenção, essa situação e iremos cobrar, sim, explicações da empresa.

Fiz uso desta tribuna dias atrás cobrando uma audiência do governador com as entidades sindicais da empresa, mas, infelizmente, ela ainda não ocorreu. Não sei por que o governador não recebe a categoria para tratar desses temas. Os trabalhadores têm muito a contribuir e condições de ajudar a discutir a situação dessa empresa, pois sempre ajudaram a construí-la. Muitos deles dão tudo de si e muitas vezes mais do que têm condições, porque entendem que essa empresa é importante para Santa Catarina e para o desenvolvimento do nosso estado.

Então, continuamos cobrando e acompanhando nessa perspectiva de melhorar de fato e não piorar. Temos problemas sérios em várias regiões -

no sul, no planalto norte, no alto vale - de fornecimento de energia pela Celesc, que é precário. Precisamos de mais investimentos nas regiões de Calmon, Matos Costa e Timbó Grande, municípios que têm uma precariedade imensa no fornecimento da energia elétrica. Se ocorre uma ventania ou qualquer outro problema climático, os municípios já ficam sem energia por horas. Portanto, vamos continuar cobrando esse investimento na região.

Mas hoje, 11 de julho, é um dia importante para o Brasil, um dia que marca a luta e a mobilização histórica dos trabalhadores brasileiros que fazem este país acontecer, que fazem as empresas produzirem o transporte urbano de cargas. Enfim, os trabalhadores da agricultura e de todos os setores da economia brasileira estão tirando este dia de hoje para fazer a sua manifestação, a sua mobilização e apresentar pautas que são históricas dos trabalhadores brasileiros.

Vejo aqui o companheiro da Aprasc e não posso deixar de mencionar a luta dos trabalhadores da segurança pública no estado e no Brasil.

Essa mobilização não é somente para o governo central em Brasília. Ela também é, deputado Serafim Venzon, para os governos estaduais, que têm que cumprir o seu papel em várias áreas: na saúde, na segurança, na educação, nos investimentos para a geração de emprego, na micro e pequena empresa e na agricultura.

Então, não é somente para o governo federal. É, sim, para discutir as questões de transporte. E a nossa bela capital não tem um projeto para resolver o problema de mobilidade urbana. Poderíamos discutir com o governo federal investimentos na mobilidade urbana em Florianópolis. Mas quais são os projetos em que o estado não está tratando com respeito e dignidade o nosso povo na capital?

Portanto, as centrais estão indo para a luta. Tivemos dias atrás mobilizações da sociedade e da juventude e agora temos uma mobilização organizada pelas centrais sindicais que exigem: reforma

agrária e urbana, qualidade no transporte público - e os trabalhadores, que sofrem mais, é que precisam do transporte público -, fim dos leilões do petróleo, fim do fator previdenciário, mais investimentos em saúde, educação e segurança, valorização das aposentadorias, regulamentação da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), contra o Projeto de Lei n. 4.330 sobre a terceirização e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Enfim, é esse conjunto de reivindicações que está em pauta.

Quero aqui valorizar e louvar a atitude da nossa presidente Dilma Rousseff, que está fazendo um esforço imenso, um esforço extraordinário para ajudar a responder os grandes gargalos que esse país enfrenta.

Talvez se essas mobilizações tivessem ocorrido há mais tempo a pauta das centrais sindicais seria a valorização do salário mínimo e do emprego. Nós chegamos, à época, a ter 50% da nossa juventude desempregada. Hoje, estamos com pleno emprego no país.

Então, resolvemos muita coisa, avançamos muito neste país nos últimos anos, mas ainda há grandes gargalos. Essa é a expectativa pela qual as centrais sindicais estão nas ruas pressionando. Pressionam a nós, que somos políticos da Assembleia Legislativa, os congressistas e o Judiciário brasileiro para se movimentarem, para resolverem os grandes gargalos.

Infelizmente, hoje, quando os trabalhadores ocupam uma grande fazenda, o juiz levanta à meia-noite, de madrugada, para dar a reintegração de posse. Mas quando o governo entra com ação de desapropriação de uma área de terra improdutiva, esse processo apodrece nas gavetas por 20, 30 anos e não é considerada a desapropriação dessas terras para assentar os nossos trabalhadores sem terra.

Então, não somente os políticos, como também o Judiciário brasileiro e os Tribunais de Contas dos estados, precisam ser chamados à atenção por não cumprirem suas funções. Temos como exemplo a questão dos trabalhadores aposentados catarinenses que entram na base de cálculo nos investimentos

dos 25% para a educação. Isso é inconstitucional, mas o Tribunal de Contas simplesmente fecha os olhos e deixa acontecer. É menos dinheiro para a educação de Santa Catarina.

Então, esse é o chamado geral que a sociedade está fazendo a todos, inclusive à imprensa, que muitas vezes tem escondido ou tem tomado partido nos grandes debates nacionais. É um novo momento que vivemos em nosso país. O dia 11 de julho é mais um dia para chamar a atenção para essa situação dos trabalhadores brasileiros, que precisam e querem melhorar sua condição de vida.

O dia 11 de julho marca mais uma etapa das grandes lutas dos trabalhadores brasileiros que ajudam e ajudaram a democratizar este país. As centrais sindicais, que cumprem uma função importante na luta, seja pelo serviço público, sejam pelos trabalhadores da iniciativa privada, pois muitos empresários ainda viram às costas aos seus colaboradores, aos seus trabalhadores e não os valorizam, não têm respeito com as condições de saúde do trabalhador, como problemas com doenças gravíssimas, lesões por esforço repetitivo e outros. É isso que os trabalhadores estão reivindicando neste dia.

Enfim, que se ouça os clamores das ruas e as reivindicações dos trabalhadores brasileiros, para que possamos construir um país para todos os brasileiros e não para um pequeno grupo. Essa é a expectativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero, inicialmente, agradecer ao meu partido, o PSDB, por ter permitido que eu utilizasse este espaço para me pronunciar.

Quero, neste momento, cumprimentar o presidente do PSDB, Beto Martins, o presidente licenciado Leonel Pavan, o líder da bancada, Dóia Gluglielmi, e os deputados Gilmar Knaesel, Marcos Vieira, Dado Cherem e Nilson Gonçalves, que junto com a presidência do PSDB estão mobilizando os prefeitos, os vice-prefeitos, os secretários de estado, os vereadores, os militantes, os gerentes das secretarias Regionais do estado, para participarem conosco, no domingo, da grande convenção do PSDB.

No momento em que reunimos e que temos a oportunidade de reencontrar as grandes lideranças do estado, juntamente com o senador Paulo Bauer, que é o candidato único, chapa única, aprovada por todos, como o candidato a presidente do PSDB...

Lá estará também presente o deputado federal Marcos Tebaldi, que tem recebido todas essas grandes lideranças, começando pelos gerentes, pelos vereadores, pelos secretários, pelos deputados, pelo deputado federal e pelo senador. Junto com os militantes do PSDB, recebeu a benção do partido nacional o nosso grande líder Aécio Neves, senador da República, que transferiu a convenção do PSDB, que era para ter sido realizada há dois meses, para o dia 14 já nesse clima bom, nesse clima positivo, num clima de apoio a esse diretório que, sem dúvida alguma, será aprovado por todos os membros do PSDB.

Quero também cumprimentar, sr. presidente, falando de PSDB, o senador Aécio Neves, presidente nacional do partido, que divulgou esta semana algumas propostas que o partido está defendendo, as aplicações que deveremos fazer na saúde, na educação e as que deveremos fazer urgentemente com relação à mobilidade urbana, reforma política e questão fiscal. Enfim, são inúmeras sugestões que o senador Aécio Neves defende e que pretende ver encaminhadas o mais breve possível, no Congresso Nacional.

As novas regras, segundo Aécio Neves, não seriam aplicadas agora na eleição de 2014, em razão do princípio da anuidade. A expectativa é que as mudanças sejam aplicadas somente a partir

de 2018, caso, naturalmente, sejam aprovadas e referendadas pela população. É esse movimento que aí está, que fez todos nós, o governo federal, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, em todas as instâncias, fazer uma reflexão e compreender o que a população brasileira queria dizer para o prefeito, para os vereadores, para os deputados, para o governo e também para a Presidência da República.

Naturalmente que cabe a cada um de nós, nas suas instâncias, na sua competência, fazer os encaminhamentos necessários para resolver e para atender ao pedido que a população faz.

O PSDB está apresentando um conjunto de propostas que queremos que sejam debatidas e votadas no Congresso e depois, naturalmente, submetidas à população.

A questão, por exemplo, do pacto federativo, de como os tributos são arrecadados e depois distribuídos, precisamos refletir com mais rapidez. Hoje, a maior parte do tributo fica com o governo federal; 13%, menos do que isso, são recolhidos pelos municípios, e em torno de 20, 22, 23% são recolhidos pelos estados. Praticamente em torno de 70% ficam com a união. Além da arrecadação dos impostos, das reformas que aconteceram nos últimos anos, que deram aos municípios e aos estados a possibilidade de negociarem as suas dívidas com o FGTS, com o INSS, com a união, através do Banco de Desenvolvimento.

Essas dívidas foram negociadas, sendo que hoje grande parte dos municípios devolve, mês a mês, esse dinheiro para a união. O estado, mês a mês, devolve o dinheiro para a união. Isso faz com que a arrecadação, em vez de ser 65%, 70% da união, acabe sendo muito maior. E aquele índice dos municípios que era para ser de 13% e do estado de 20% acaba sendo menor, tendo em vista esse repasse, esse pagamento das "dívidas", entre aspas, que os municípios e os estados têm com a união, que faz aumentar ainda mais a centralização dos seus recursos.

Então, precisamos discutir urgentemente uma forma de distribuição, mas já houve passos muito

importantes nesse sentido. No governo de Fernando Henrique Cardoso, o repasse *per capita* do Orçamento da união para os municípios e para o estado para atender, principalmente, os investimentos na saúde básica, média e de alta complexidade, bem como da educação, era uma maneira de redistribuir a grande renda nacional, que na hora de discutir entre toda a nação é normal que os estados que detenham um maior volume econômico façam o seu *lobby* para tentar receber de volta a sua maior parte.

Existe uma tendência natural de que os estados que contribuem mais é que pagam mais impostos, ou seja, pagam mais porque produzem mais, pois o produto que eles fazem é vendido para todos os estados, para todos os municípios, mas na verdade quem paga esse tributo é o Brasil inteiro, não somente aquele estado onde é produzida a matéria-prima. Então, existe esse conceito errôneo de que o estado que mais produz tem direito a receber o recurso de maior volume.

Desta forma, precisamos discutir com urgência esse assunto no sentido de que seja utilizada a distribuição desse grande bolo tributário nacional como uma forma de desenvolvimento, como uma forma de praticar a justiça fiscal, para permitir que todos os brasileiros tenham uma vida digna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento, conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n. 0007/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, e 0210/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Comunica ainda que a comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0100/2013 e 0172/2013, todos de entidades sociais, encaminhando documentação para a manutenção de título.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0056/2013; 0127/2013; 0165/2013 e 0639/2012, todos de entidades sociais, encaminhando documentação para manutenção de título.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0048/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0157/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0166/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0168/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0189/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0222/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0229/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0378/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as seguintes indicações: 0445/2013, 0451/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0447/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0448/2013, 0449/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0450/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, conforme determina o Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes requerimentos: 0757/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0758/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Moção n. 0063/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, manifestando apoio à aprovação da PEC n. 55/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência parabeniza o ilustre deputado Dirceu Dresch pelo seu aniversário no dia de hoje. Que Deus ilumine a sua caminhada com muita saúde e com muita prosperidade.

Conforme requerimento apresentado pelo deputado Sargento Amauri Soares e também subscrito por todos os líderes das bancadas deste Poder Legislativo, a sessão será suspensa por dez minutos para conceder a palavra ao presidente da Aprasc.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Estão reabertos os trabalhos normais desta sessão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero cumprimentar o Elisandro Lotin pela sua fala.

A segurança pública, com certeza, é um setor muito sensível neste estado pelo que vivemos na virada do ano, de novembro passado a fevereiro, com situações gravíssimas em Santa Catarina. E são as pessoas que no dia-a-dia enfrentam o que há de pior no resultado do modelo deste estado.

Fiquei surpreso quando o Elisandro disse que os dez mil kits de segurança anunciados em fevereiro não tinham chegado ainda. Isso me preocupa muito porque foi anunciado na imprensa e para a sociedade que está tudo resolvido e agora temos a informação de que isso não ocorreu, o que é lamentável.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Gostaria de parabenizar o soldado Elisandro Lotin de Souza, presidente da Aprasc. Anteriormente ao soldado Lotin, juntamente com o cabo J.Costa, também fui presidente dessa associação.

Quero parabenizar pela explanação e dizer que nos somamos e fizemos nossas as suas palavras com relação à questão da segurança, salário e outras demandas da categoria dos praças.

Quero reiterar ao soldado Lotin, e a partir dele a todos os praças filiados à Aprasc, que este mandato está não somente sintonizado e à disposição como também subordinado às deliberações coletivas desse movimento em benefício da base da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da melhoria da segurança pública para a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero saudar o nosso ex-ministro da Pesca, Altemir Gregolin, que se faz presente nesta Casa, e dizer que é bem-vindo a este Poder.

Sr. presidente, o deputado Jean Kuhlmann falou hoje sobre a questão da importância de uma Constituinte neste país para debater a reforma tributária, a reforma política e tantas outras ações que neste país precisam ser feitas.

No entanto, quero cumprimentar o Senado, deputado, pelo fato de ter dado, ontem, uma demonstração de maturidade ao mexer no coração da reforma política, fazendo uma votação de suma importância para este país, porque os senadores votaram o eixo da direção política do país. Eles acabaram com o segundo suplente no Senado federal. Isso foi um grande avanço para a reforma política do Brasil.

O outro ato importante do Senado e do Congresso Nacional foi quando a presidente Dilma Rousseff falou que nós temos que debater seriamente a reforma política num plebiscito. Eles também acabaram com outro ponto fundamental para o povo brasileiro: o suplente não pode mais ser filho, neto ou parente dos candidatos ao Senado.

Esses dois pilares da reforma política brasileira mostram claramente que o Senado está ouvindo as vozes das ruas, deputado Dirceu Dresch. Por exemplo, Antônio Carlos Magalhães, se estivesse vivo, não poderia mais deixar que o seu filho fosse o primeiro suplente e o seu neto o segundo suplente. Assim como o Lobão, ministro das Minas e Energia, não poderá mais ter o seu filho como suplente no Senado.

Assim sendo, por que nós vamos ficar discutindo reforma política se o Senado, ontem, já mudou a essência da reforma política deste Brasil?

Então, quero aqui parabenizar os senadores por isso. E o deputado Romildo Titon, a partir de hoje, está muito triste porque o segundo suplente deste estado do senador Paulo Bauer, sr. Athos de Almeida Lopes, de Campos Novos, figura importantíssima do debate político brasileiro, não poderá ser mais suplente do Senado, deputado Maurício Eskudlark. Também a sra. Niura Demarchi, figura importante que ocupa a vaga deixada no Senado pelo sr. governador Raimundo Colombo, não poderá ser mais segunda suplente de senadora.

O Senado tem que criar vergonha na cara, deputado Romildo Titon! Eu não sei por que estão fazendo manifestações aqui?! Eles têm, sim, é que invadir aquela Casa! Não deveriam ter ido para o Itamaraty, porque o Senado, ontem, mostrou que quer mudar a política deste Brasil, deputado José Milton Scheffer!

Por essa razão é que apresentarei, na semana que vem, uma moção parabenizando o Senado brasileiro pelas brilhantes mudanças que fizeram ontem na votação! Cinco horas de votação para dizer que não pode ter mais ter segundo suplente, mas o primeiro continua. E vamos enviar também uma moção de pêsames a sra. Niura Demarchi e ao sr. Athos de Almeida Lopes. E essa moção o deputado Romildo Titon vai assinar comigo em Campos Novos.

Portanto, acho que fizemos aqui hoje o debate e o deputado Jean Kuhlmann colocou algumas primícias que entendo que são também de extrema importância. O Senado mostrou claramente que a reforma política que estão querendo propor é mais

uma pincelada de engodo e que se nós não fizermos um debate nacional sobre isso iremos continuar da mesma forma.

Por isso, srs. senadores, aquele abraço, como se canta em uma música brasileira. Não há como eleger figuras honoráveis deste país para ficarem fazendo um debate tão claro, tão evidente, eis que não se precisa de debate para tomar uma posição sobre isso.

Enfim, isso ontem nos mostrou claramente de que temos que ter uma posição firme no debate das mudanças que têm que acontecer na política brasileira. E nós, deputados estaduais, temos que encaminhar documentos e moções. Para isso peço à minha assessoria que elabore uma moção, a ser apresentada aqui na semana que vem, parabenizando o Senado brasileiro por essas duas importantes mudanças para o próximo pleito eleitoral do cenário brasileiro no que tange à essência da política do Brasil.

Por isso que a classe política está caindo cada vez mais no descrédito do povo brasileiro, que está indo para as ruas com uma posição apartidária e apolítica, como se diz, num movimento com as reivindicações mais plausíveis e plurais possíveis. Porém, não existe movimento que não tenha lado. Ou estará de um ou estará de outro, porque esse movimento, no próximo pleito eleitoral, com certeza estará no debate da vida pública brasileira. E isso é importante.

Essas reivindicações da população já vêm de muito tempo, mas às vezes elas têm que ser contundentes nas ruas para produzirem mudanças, para serem ouvidas por quem a representa, seja no Parlamento ou no Executivo.

Resolvi fazer este pronunciamento para, de certa maneira, ironizar, e acho que até ironizei pouco essa vergonha nacional dessa decisão de ontem do Senado brasileiro, que realmente compromete cada vez mais a vida dos homens públicos. É nessa lógica que temos que produzir mudanças.

Sendo assim, já quero informar, deputado Dirceu Dresch, que está para chegar a esta Casa,

na semana que vem, um verdadeiro trem da alegria do Tribunal de Contas sobre a transposição de 35 funcionários que já estão lá e trabalham pouco. E, segundo cópia do projeto de lei que tenho em mãos, eles dão como exemplo a Assembleia Legislativa que recentemente fez, em 2006.

Quero avisar aos conselheiros que no mandato passado se tentou, nesta Casa, fazer uma transposição de 30 funcionários, dentre eles o vereador Pitanta, de Palhoça, que eu designei aqui de Lei Pitanta, que não passou nesta Casa. E ainda não dei um nome para essa lei do Tribunal de Contas, mas semana que vem voltarei novamente à tribuna para detalhar esse projeto. Há funcionário de Jacinto Machado, a grande maioria preste a se aposentar, que ganha R\$ 1.900,00 na prefeitura, que está em cargo gratificado, vem para cá e fica dois anos no Tribunal de Contas e se aposenta com R\$ 15 mil, R\$ 16 mil, R\$ 20 mil. É isso que essas entidades precisam ouvir das ruas, pois espero que não sejam cometidos mais esses erros.

Quero fazer um desafio nesta Casa. Não podemos deixar passar essa imoralidade, pois são os Tribunais, os Ministérios de Justiça, as Assembleias Legislativas, o Congresso Nacional e o Senado que têm que dar o exemplo. Por isso essa transposição. E se quiserem justificar, que justifiquem, mas retirem o projeto, porque o exemplo é a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A Lei Pitanta, que não passou nesta Casa, era um grupo de funcionários que estava à disposição, alguns trabalhavam e outros não apareciam para trabalhar, que simplesmente iria virar funcionário efetivo desta Casa.

Sendo assim, srs. deputados, semana que vem irei abordar e levantar esse tema novamente nesta Casa porque estou analisando esse assunto que tem 40 páginas. Portanto, é preciso fazer um debate maior. Ainda não dei o nome dessa lei, mas tenham certeza de que ela terá um nome.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero somente falar a v. exa. que vamos estar junto nessa peleia, pois não se admite mais esse tipo de coisa! Isso pode ter acontecido um dia neste estado, mas não se aceita mais, e vamos estar sempre junto para lutar contra essa questão da transposição.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero comunicar que o Sinte, Sindicato dos Professores, irá iniciar uma grande campanha pelo fim das secretarias de Desenvolvimento Regionais no estado e comunicar a todos os prefeitos duas informações importantes, entre tantas, que acredito fundamentais, ou seja, que a presidente Dilma Rousseff tomou a decisão, ontem, de que o Programa Minha Casa Minha Vida será aberto para os municípios com menos de 50 mil habitantes à quantia que for necessária. Pessoas que possuem renda até R\$ 1.600,00 por mês irão pagar em dez anos apenas 5% da renda do trabalhador, que representa uma parcela em torno de R\$ 25,00 a R\$ 80,00 por mês.

Esta seria a informação para os nossos prefeitos e para a população catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Romildo Titon, que está presidindo esta sessão, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, quero primeiramente comemorar com o setor do agronegócio, da agroindústria e com os produtores de suínos de Santa Catarina e dizer que estivemos junto com o sr. governador Raimundo

Colombo, numa missão ao Japão, finalizando as negociações e tratativas de ordem governamental com o governo japonês e também com os importadores de carne suína, durante este mês, e que agora, no próximo final de semana, iremos embarcar os primeiros *containers* com carne suína para o Japão.

Já foram feitas todas as análises aprovadas pelos importadores e os nossos frigoríficos começam agora a exportar as primeiras remessas de carne suína para esse mercado. É um mercado estratégico, muito exigente, sem dúvida nenhuma, mas vamos começar devagar, até porque não temos produção suficiente para tudo isso. É um mercado com possibilidades de importar alguns milhões de toneladas por anos, mais de 500 mil toneladas/ano de carne suína.

É claro que Santa Catarina se diferencia do Brasil pela sua condição sanitária, pela capacidade da nossa agroindústria e também de nossos técnicos da Cidasc, da Epagri e do Ministério da Agricultura, assim como os nossos produtores de suínos que têm uma condição técnica privilegiada e diferenciada do resto do Brasil. Então, queremos fazer esse registro e comemorar junto com o nosso estado e prestar a nossa homenagem ao governador Raimundo Colombo que durante esse mandato não mediu esforços para romper todas as barreiras no sentido de criar essa condição. Para nós isso é muito importante, porque a suinocultura de Santa Catarina, neste momento, está comercializando sua produção a preços aquém do seu custo de produção, ou seja, nossos produtores são vocacionados e estão muitas vezes abrindo mão da sua lucratividade para poder continuar na atividade.

Esperamos, sim, que essa abertura possa contribuir para a melhoria da renda do suinocultor, que é o primeiro na cadeia produtiva e que merece a consideração também da agroindústria e de todo o segmento do agronegócio.

Deputado Dirceu Dresch, v.exa. que preside a comissão de Pesca e Aquicultura desta Casa, quero cumprimentá-lo pela audiência de ontem proposta pelo deputado Edison Andrino, que teve como

finalidade tratar de todos os problemas que vive hoje o setor pesqueiro de Santa Catarina, que é o maior do Brasil. Hoje, das 224 mil toneladas produzidas pelo Brasil, 90 mil são catarinenses, sendo que a pesca artesanal é responsável por 60% dessas 90 mil toneladas. A pesca industrial, com todo o seu poderio, não ganha da pesca artesanal, que é a mais importante, envolvendo hoje cerca de 40 mil pessoas no nosso litoral e também no interior do estado.

Precisamos chamar a atenção dos ministérios da Pesca, do Meio Ambiente e também do governo estadual para a situação que os pescadores estão tendo que enfrentar. O setor vive em função de uma série de regras impostas que estão impedindo os nossos pescadores de trabalhar. A Instrução Normativa n. 12, por exemplo, feita pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, vencerá agora, no mês de agosto, e se ela não for postergada, impedirá a pesca a todas as embarcações de canoas até a primeira milha náutica, que ficam em torno de 1.650 m da costa. Sendo assim, os pescadores não poderão mais pescar com rede de emalhe. Esse é o forte da pesca artesanal de Santa Catarina, a pesca da tainha, da enchova e tantas outras espécies que utilizam isso e que abastecem o nosso mercado local e nacional. E a partir de 22 de agosto, se a Instrução Normativa n. 12 não for prorrogada, será o caos para os pescadores.

Isso não está acontecendo por culpa dos pescadores e, sim, por culpa dos ministérios da Pesca e do Meio Ambiente que não regulamentaram essa atividade. E se não for prorrogada, vai parar aqui em Santa Catarina toda a pesca artesanal de canoa. Isso vai dar um prejuízo muito grande.

O governo federal merece aplausos por estar financiando, através do Pronaf, várias atividades na área da pesca, inclusive a compra de canoas, mas ao mesmo tempo emite uma instrução normativa que proíbe essa mesma pesca. Então, como deve pensar um pescador que tem sua família para sustentar, que tem um financiamento bancário para comprar sua embarcação, para comprar sua rede, para se equipar, tendo um fiscal do Ibama

proibindo-o de lançar sua embarcação no mar? Como é que ele vai honrar com os compromissos do Pronaf?

Então, é óbvio que precisamos chamar a atenção desta tribuna.

Esta semana aprovamos uma moção a ser enviada ao ministro da Pesca e Aquicultura e também ao Ibama, no sentido de rever algumas normativas que estão sendo impostas aos pescadores porque elas impedem o pescador de cumprir a sua missão. Obviamente que é um setor social e cultural de Santa Catarina muito importante.

Ontem, foi realizada uma audiência na comissão da Pesca com vários presidentes de colônias de pescadores, ocasião em que foi debatida uma série de assuntos, entre eles esses entraves. É preciso chamar a atenção da sociedade catarinense e também das autoridades federais para essa situação das normativas que estão impedindo os pescadores de cumprir a sua missão.

A superintendência da Pesca, que aqui sempre está aberta - e preciso fazer aqui um elogio público à pessoa de Horst Doering pela sua disponibilidade para o debate -, tem uma deficiência de funcionários tão grande que temos hoje represadas em Santa Catarina mais de 3 mil carteiras de pescadores que não saem porque a superintendência local não tem funcionários. E nós somos o estado líder do pescado no país!

Por isso é uma atividade de grande valor e quero aqui citar a importância dessa audiência pública realizada ontem.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Agradeço, deputado José Milton Scheffer, o aparte.

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que v.exa. é um deputado que vem ativamente acompanhando os debates da nossa comissão e dos temas relacionados à agricultura, à pesca e à aquicultura.

Acreditamos que conseguimos dar um bom encaminhamento, pelas lideranças que estavam presentes. Conseguimos obter muita sugestão e contribuição de técnicos e lideranças políticas das organizações dos pescadores que estavam presentes. A ideia é justamente trabalhar em duas grandes linhas. Uma é a linha mais técnica, de contribuição de mudança das regras que hoje prejudicam, e a outra é a questão da relação política, do diálogo com a secretaria de Agricultura, o governo federal e o ministério da Pesca em nível de Brasília.

Então, estive agora de manhã com o ex-ministro Altemir Gregolin, que inclusive estava no meu gabinete, e ele se colocou à disposição para nos ajudar nessa articulação junto com o governo federal e o ministro.

Portanto, com certeza vamos ter passos significativos nesses próximos dias, nas mais diversas ações, porque ontem, na audiência pública, houve o compromisso de ajudar a resolver essa questão.

Quero agradecer a v.exa. e parabenizá-lo pelo pronunciamento.

O SR. DDEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Registro aqui o engajamento desta Casa nesta causa que é importante. O governo do estado, inclusive, considerou a pesca artesanal de Santa Catarina um patrimônio cultural do nosso estado. E mesmo assim o nosso pescador, muitas vezes, não consegue lançar as suas redes, cumprir a sua missão do dia a dia dessa importante atividade, que é a pesca artesanal de Santa Catarina socialmente para todos nós. Por isso a importância de estarmos todos unidos.

Quero aproveitar os momentos finais do meu pronunciamento para citar a mobilização do Movimento Saúde+10 que aconteceu ontem no país inteiro. Houve várias manifestações e mobilizações de coletas de assinaturas, e o Movimento já está, praticamente, com a quantidade de assinaturas suficientes para apresentar ao Congresso Nacional

uma emenda na Constituição colocando mais recursos para a saúde.

Esse movimento também está sintonizado com as ruas, principalmente com os movimentos sociais que aconteceram dias atrás pedindo a todas as autoridades brasileiras e catarinenses maiores investimentos na saúde e uma melhor atenção em termos da infraestrutura para a saúde. Obviamente que isso não passa apenas pela importação de médicos. É preciso equipar melhor, ter mais recursos e reajustar a tabela do SUS para que o nosso cidadão brasileiro possa vir a ser mais bem atendido pelo Sistema Único de Saúde.

Então, registro que ontem foi o Dia da Mobilização Nacional de Saúde+10.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.